

ANO 2016

RELATÓRIO E CONTAS





ÍNDICE

	Pág.
Convocatória	2
Órgãos Sociais	3
Introdução	4
Relatório de Gestão	5 a 12
Considerações Finais e Proposta de Aplicação de Resultados	13 a 14
Demonstrações Financeiras e anexo	15 a 37
Certificação Legal das Contas	38 a 40
Parecer do Conselho Fiscal	41



Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes

CONVOCATÓRIA

Nos termos do n.º 2 alínea b) do Art.º 22 dos Compromissos, convoco os Irmãos desta Misericórdia para reunirem em **Assembleia-geral** no dia 27 de Março, às **18 horas**, no Auditório desta Santa Casa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
2. Apreciar o relatório, as contas e os pareceres do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas e Votar as Contas do Exercício de 2016;
3. Aceitação da doação, pelo Município de Paredes, do conjunto de edifícios do antigo EB 2/3 de Baltar e antiga Escola Primária da Madalena e aprovação dos respetivos encargos e conferir poderes ao Sr. Provedor para formalizar os respetivos atos;
4. Outros assuntos de interesse para a Misericórdia.

Nos termos do n.º 2 do Art.º 28, se no dia e hora designados para a reunião, não estiver presente a maioria, a Assembleia funcionará em segunda convocatória, uma hora depois com qualquer número de Irmãos.

Paredes, 27 de Fevereiro de 2017

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

a) Dr. Alberto Luís Mourão Soares Carneiro

Nota: Os documentos relativos às Contas do Exercício 2016 encontram-se disponíveis para consulta dos Irmãos, na Secretaria da Instituição, durante as horas normais de funcionamento.

16081 03



ORGÃOS SOCIAIS Quadriénio 2016-2019

ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente: Alberto Luís Mourão Soares Carneiro
Vice - Presidente: Augusto Manuel Teixeira de Barros Ruão
Secretária: Lucília Maria Dias Carvalhinho Sousa Pinto
Secretária: Maria Manuela Rocha Silva Freire de Sousa
Suplente: Manuel Luís da Rocha e Sousa
Suplente: José Maria de Sousa Ferreira Alves

MESA ADMINISTRATIVA:

Provedor: Ilídio José da Silva Meireles
Vice - Provedor: Joaquim Camilo de Meireles Ruão
Vogal: Teresa Maria de Paiva Leal
Tesoureira: Maria Madalena Vieira Nogueira Carvalho Silva
Secretário: Ildebrando da Mota Coelho
Suplente: José Armando Coutinho Baptista Pereira
Suplente: Francisco José Andrade Alves de Sá
Suplente: António Francisco Coelho Pinheiro

DEFINITÓRIO OU CONSELHO FISCAL:

Presidente: António Lourenço Martins
Vice - Presidente: Rogério Manuel Ribeiro dos Santos Grácio
Secretário: António Francisco de Oliveira Ferreira
Suplente: António Silveira Ribeiro da Silva
Suplente: Manuel da Silva Barbosa
Suplente: Constantino Ferreira Brito



INTRODUÇÃO

Para os devidos efeitos legais e estatutários da Misericórdia de Paredes definidos na **alínea b) do n.º 2 do art. 22 dos Compromissos**, se submete o Relatório e Contas do exercício de 2016, bem como a correspondente Certificação Legal de Contas e o Parecer do Conselho Fiscal, para apreciação e aprovação da Assembleia Geral.

Ao apresentar aos irmãos desta Santa Casa da Misericórdia de Paredes o seu relatório e contas relativas ao ano de 2016, a Mesa Administrativa não pode deixar de acentuar o esforço realizado pela instituição para dar resposta aos anseios e necessidades dos irmãos e da comunidade em que se insere, de agradecer o incentivo que lhe foi dado no último ato eleitoral e, na sequência aliás do que foi aprovado no Plano de Atividades para o corrente ano, desafiar os irmãos para o desenvolvimento de todos os projetos aí sumariamente expressos, já que a força e capacidade executiva da Mesa Administrativa não resulta senão do entusiasmo, empenho e apoio de todos os irmãos.



RELATÓRIO DE GESTÃO

O ano de 2016 decorreu dentro da normalidade esperada, certos que a vida das instituições de solidariedade social, como a nossa, vai muito além do que são as limitações impostas por uma situação económica adversa, obrigando-nos a colocar sempre em primeiro lugar o superior interesse daqueles a quem tão devotamente servimos.

Permanecem bem vivos todos os difíceis problemas que assolam a nossa realidade quotidiana, mas é precisamente para essas dificuldades que orientamos a nossa atenção no sentido de resolver os problemas, suprir as deficiências, melhorar a qualidade de todos os serviços, sempre no propósito firme de afirmação da instituição na rede social do concelho, em que se integra.

O ano de 2016 foi assim, na sequência dos anteriores, um ano difícil, com a incapacidade do Estado em aumentar o financiamento das instituições privadas da solidariedade social, a quem se colocam sérias dificuldades para junto das famílias obterem a compensação que permita suportar integralmente o custo efetivo dos serviços prestados nas suas variadas áreas de intervenção.

Não houve assim significativo aumento de proventos, com especial incidência na diminuição do rendimento dos juros das aplicações financeiras da instituição, o que nos coloca perante um novo desafio, que certamente será analisado já na assembleia para discussão e aprovação das contas deste exercício.

Por outro lado, aumentou ainda que ligeiramente a despesa, essencialmente com o aumento do custo do trabalho, decorrente do aumento do salário mínimo nacional, que se repetirá na ano em curso, circunstância que, sem colocar em causa a justeza da medida, tem naturalmente reflexos sérios na coluna da despesa.

Ainda na sequência do ano anterior foi prosseguida a realização de pequenas obras de conservação e beneficiação nos equipamentos da instituição, uma vez que a remodelação do rés-do-chão do edifício do Lar apenas teve início no decurso já do presente ano civil.

Foi concluído o projeto para instalação dos serviços administrativos no 1.º andar do impropriamente denominado prédio dos consultórios e procedeu-se à respetiva mudança, podendo já afirmar-se as enormes vantagens resultantes, ao nível da própria organização do serviço, quer ao nível do espaço libertado no edifício do Lar, reaproveitado para novas áreas de apoio à ação aí desenvolvida, constantes das obras em curso.

Todos os trabalhos desenvolvidos têm naturalmente reflexo nas contas ora apresentadas com o investimento para a manutenção e reabilitação do património imobiliário e de cumprimento das regras impostas pela Segurança Social e pelas entidades administrativas.

Apesar do investimento no desenvolvimento do seu escopo social os resultados de 2016 demonstram o cuidado que a Mesa Administrativa coloca na gestão dos seus recursos, com a preocupação constante de melhorar as condições de assistência, nas várias valências, de trabalho dos seus funcionários e de aumentar dentro do possível os seus níveis remuneratórios.

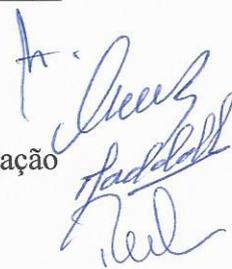
Apesar disso, os resultados obtidos permitem encarar o futuro com algum otimismo, fruto de uma gestão rigorosa na contenção de custos operacionais e na planificação do investimento necessário para, cumprindo a lei, satisfazer os naturais anseios daqueles para quem esta instituição é o seu porto de abrigo.

Análise da situação económica e financeira

A Mesa Administrativa, dando cumprimento ao legal e estatutariamente estabelecido na alínea e) do n.º 1 do art.º 27, presta a seguinte informação referente ao período económico de 2016, contida nos seguintes instrumentos de gestão:

- Balanço em 31 de Dezembro de 2016;
- Demonstração de Resultados por natureza em 31 de Dezembro de 2016;
- Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

O objetivo das demonstrações financeiras é proporcionar informação fiável acerca da posição e do desempenho financeiro da Instituição.



De forma resumida, segue-se um curto comentário aos valores constantes da documentação apresentada:

Análise da Situação Económica – Demonstração de Resultados

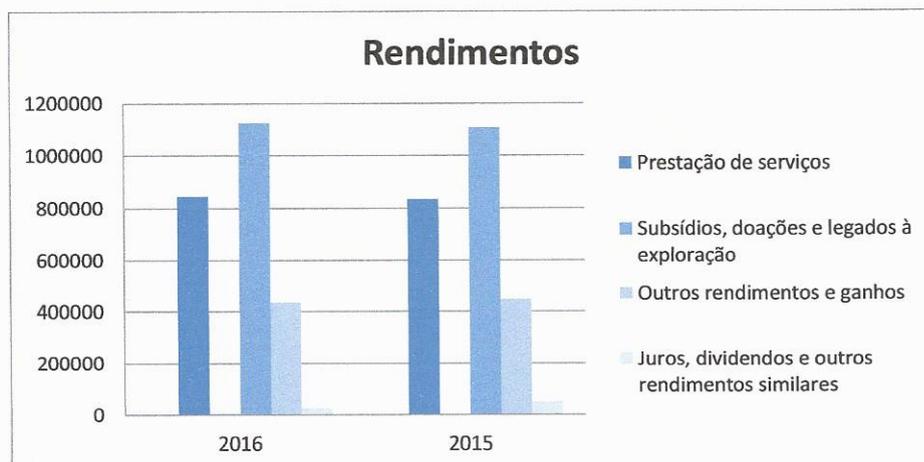
A situação económica da Instituição, no exercício de 2016, apresenta uma evolução em termos de rendimentos e de gasto que espelha o normal desenvolvimento das suas atividades.

Em termos de estrutura de rendimentos e gastos, a decomposição é a seguinte:

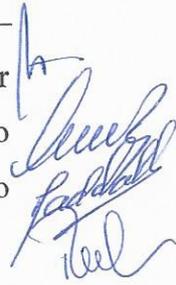
RENDIMENTOS

(valores em euros)

Rendimentos	2016	2015
Prestação de serviços	846.566,63	835.850,86
Subsídios, doações e legados à exploração	1.120.007,55	1.101.416,90
Outros rendimentos e ganhos	433.760,13	445.899,93
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	26.351,60	53.722,59
Total dos rendimentos	2.426.685,91	2.436.890,28



No período económico em análise, a Misericórdia realizou um total de rendimentos no valor de € 2 426 685.91 (dois milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, seiscentos e oitocentos cinco euros e noventa e um cêntimos), traduzindo um decréscimo relativamente ao exercício do ano transato, em termos percentuais, na ordem dos 0.42%.

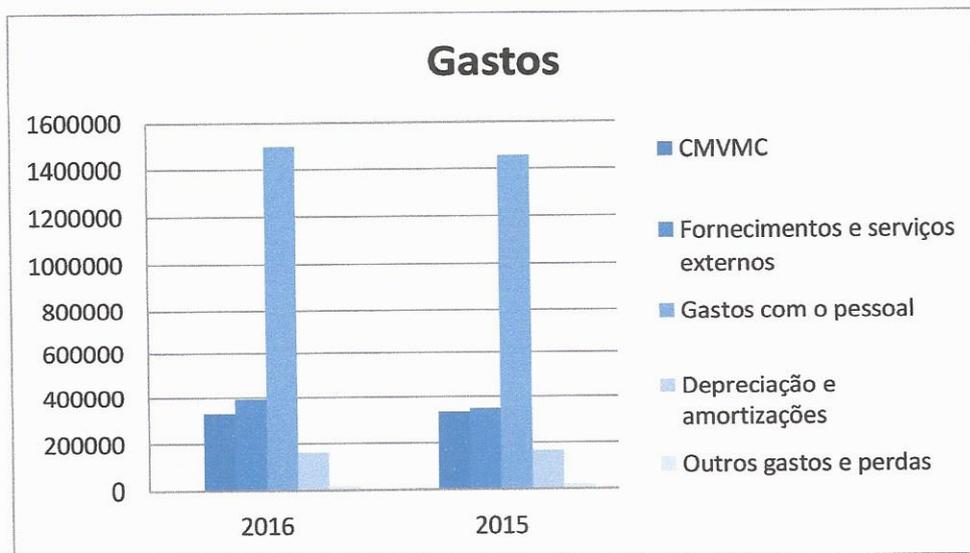


As rubricas com mais peso na estrutura de rendimentos do ano de 2016 foram, as “Subsídios à Exploração”, “Prestação de Serviços” e “Outros rendimentos e ganhos” representando 46.15%, 34.89% e 17.87% do total dos rendimentos, respetivamente.

GASTOS

(valores em euros)

Gastos	2016	2015
CMVMC	329.125,23	332.189,94
Fornecimentos e serviços externos	392.179,30	345.684,84
Gastos com o pessoal	1.495.686,49	1.454.669,05
Depreciação e amortizações	163.982,14	165.815,57
Outros gastos e perdas	14.826,78	20.198,64
Total dos gastos	2.395.799,94	2.318.558,04



Handwritten signature and initials in blue ink.

No que diz respeito à estrutura de gastos, verifica-se que os mesmos ascenderam ao valor de € 2 395 799.94 (dois milhões, trezentos e noventa e cinco mil, setecentos e noventa e nove euros e noventa e quatro cêntimos), o que representa um acréscimo na ordem dos 3.33% face ao ano de 2015.

Convém referir que os gastos com o pessoal atingiram a verba respeitável de € 1 495 686.49, um acréscimo de 2.82% em relação a 2015. Contribuiu para este facto, o diferencial de atualização do salário mínimo nacional a todas as remunerações dos profissionais da Instituição.

É de salientar no total dos gastos as rubricas “Gastos com o Pessoal”, “Fornecimentos e Serviços Externos” e “CMVMC – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas com uma representatividade de 62.43%, 16.37%, e 13.74% respetivamente.

Completamos o período de 2016, com um resultado líquido positivo de € 30 885.97 (trinta mil oitocentos e oitenta e cinco euros e noventa e sete cêntimos), correspondendo a um decréscimo de 73.90% face ao período de 2015.

Análise da Situação Financeira – Balanço

Da análise ao balanço podemos constatar que em 31 de Dezembro de 2016 o Ativo líquido da Instituição, cifra-se em € 5 904 733.24 (cinco milhões, novecentos e quatro mil, setecentos e trinta e três euros e vinte e quatro cêntimos) traduzindo um acréscimo em termos percentuais de 0.55% relativamente ao período de 2015 que se cifrou em € 5 872 536.87 (cinco milhões, oitocentos e setenta e dois mil, quinhentos e trinta e seis euros e oitenta e sete cêntimos).

A rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais" contempla os Subsídios (PIDDAC), bem como doações efetuadas por utentes do Lar, já falecidos.

A conta "ajustamentos em ativos financeiros" refere-se ao ajustamento na quantia escriturada do investimento financeiro no HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA. Relativamente à base de mensuração das participações financeiras na sociedade Hospital da

Misericórdia de Paredes, SA, as NCRF aplicáveis às entidades do setor não lucrativo (SNC-ESNL) são omissas quanto à valorização pelo método da equivalência patrimonial dos investimentos financeiros. Embora tenha sido feito ajustamento da participação detida no Hospital da Misericórdia de Paredes, SA em 2013, entende-se não se justificar a continuidade da sua aplicação relativamente aos resultados daquela entidade, em virtude de provocar uma distorção significativa nos resultados apurados pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes. Em 2014 foi efetuado um ajustamento neste ativo financeiro pelo reconhecimento da redução do capital social do Hospital da Misericórdia de Paredes, SA para a cobertura de prejuízos, mantendo-se a percentagem de participação detida pela Misericórdia nessa sociedade (31.7%). Em 2015 houve um aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas tendo em conta que a Misericórdia não participou nesse aumento, a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 13.65%. No ano de 2016 não houve alterações à participação detida nessa empresa.

É de destacar a representatividade de 47.64% das disponibilidades e de 30.80% dos Ativos fixos tangíveis, no total do ativo.

Quanto aos fundos patrimoniais passou de € 5 462 145.03 (cinco milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, cento e quarenta e cinco euros e três cêntimos) em 2015 para € 5 484 106.74 (cinco milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, cento e seis euros e setenta e quatro cêntimos) em 2016, o que traduz um acréscimo em termo percentuais de 0.40%.

Quanto ao passivo corrente, passou de € 410 391.84 (quatrocentos e dez mil, trezentos e noventa e um euros e oitenta e quatro cêntimos) em 2015, para 420 626.50 (quatrocentos e vinte mil, seiscentos e vinte e seis euros e cinquenta cêntimos) em 2016, o que traduz um acréscimo em termos percentuais de 2.49%.

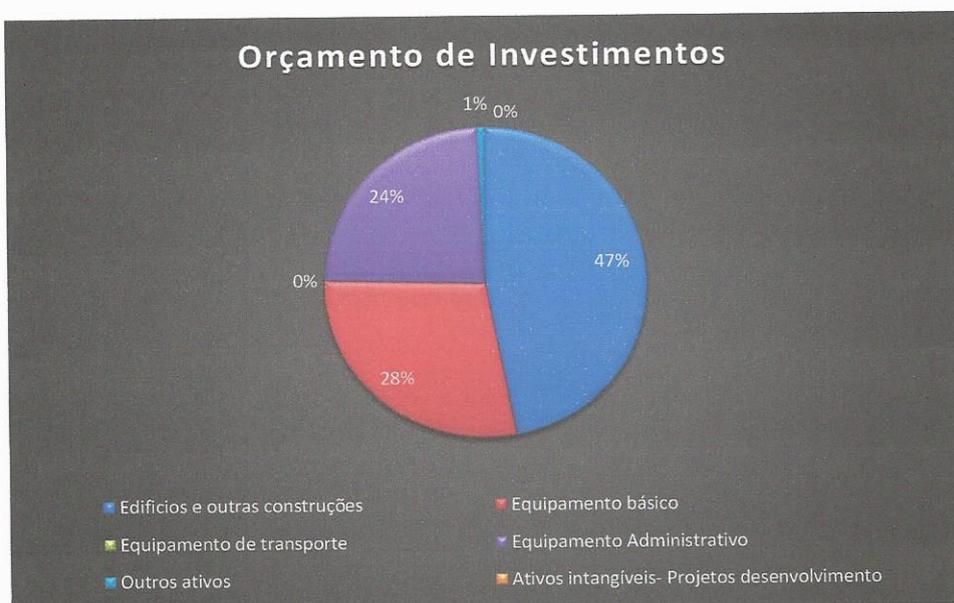
Investimentos

O período de 2016 registou um investimento global de € 53 780.45 (cinquenta e três mil setecentos e oitenta euros e quarenta e cinco cêntimos), o que representa um decréscimo de 85.83% face ao ano de 2015.



(valores em euros)

Investimentos	2016	2015
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	25.266,85	140.506,31
Equipamento básico	15.292,14	60.934,18
Equipamento de transporte	0,00	113.160,82
Equipamento Administrativo	12.860,67	1.920,53
Outros ativos	360,79	0,00
Ativos intangíveis- Projetos desenvolvimento	0,00	62.342,55
Investimentos financeiros	0,00	699,23
Total de investimentos	53.780,45	379.563,62



Execução Orçamental

A nível de execução orçamental os rendimentos e os gastos situaram-se acima do orçamentado em 1.05% e 1.83% respetivamente, o que é bom tendo em conta a instabilidade da economia.

Realce-se mais uma vez, que para isso foi determinante a atitude construtiva e colaborante de todos os trabalhadores da Misericórdia, com ou sem funções de chefia.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Permitam numa natural economia de esforço intelectual reproduzir o que vem sendo sucessivamente repetido reforçando a convicção que na apresentação do presente relatório e contas referente ao ano de 2016, como aliás é usual nesta instituição, procurou-se fazer refletir com rigor o que caracterizou a ação da Mesa Administrativa e a demonstração clara do que foi o dia-a-dia desta Santa Casa, na coordenação entre as necessidades dos utentes e a prestação do melhor serviço, na vontade expressa de melhorar continuamente as condições de funcionamento das diversas áreas de intervenção e no apoio dado a todos os colaboradores da instituição, tudo numa época particularmente difícil com reflexos graves na vida das pessoas.

Como todos os irmãos sabem, os desafios que se colocam nos dias de hoje às instituições privadas de solidariedade social e particularmente à nossa Santa Casa da Misericórdia de Paredes são tremendos, assim como seguramente é imensa a capacidade de trabalho de todos quantos nela participam do seu quotidiano, pelo que seguramente continuará a desempenhar um papel significativo na afirmação da solidariedade fraterna.

A Mesa Administrativa não pode deixar de agradecer a colaboração e ajuda dos órgãos sociais, assim como de todos os trabalhadores que dela fazem a sua própria casa, a quem pedimos que continuem a honrar de forma significativa o bom nome da Santa Casa da Misericórdia de Paredes.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Assim nos termos do exposto, a Mesa Administrativa desta instituição, propõe à Assembleia-geral o seguinte:

- ✓ Aprovação do Relatório e Contas do período de 2016;
- ✓ Que o Resultado Líquido Positivo de 30 885.97 euros (trinta mil, oitocentos e oitenta e cinco euros e noventa e sete cêntimos) do período de 2016 transite para Resultados Transitados.

Paredes, 08 de Março de 2017

A Mesa Administrativa

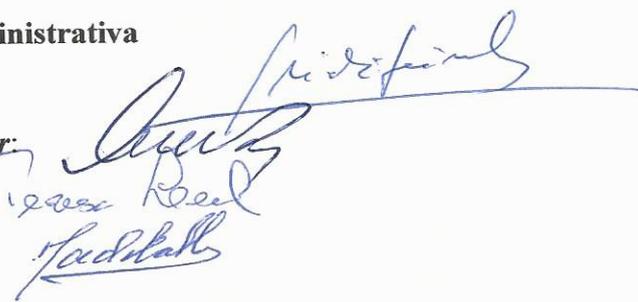
Provedor:

Vice-Provedor:

Vogal:

Tesoureira:

Secretário:





Handwritten signature in blue ink, likely of the President or Treasurer of the Irmandade da Misericórdia de Paredes.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
E ANEXO
2016



Balço em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2016	31-12-2015
ATIVO:			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	4	1.818.456,32	1.908.926,24
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis	5	20.785,01	41.563,78
Investimentos financeiros	6	448.482,34	448.482,34
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes		-	-
		2.287.723,67	2.398.972,36
Ativo corrente:			
Inventários	7	10.895,69	12.763,14
Créditos a receber	13.1	33.498,92	30.920,08
Estado e outros entes públicos	13.2	10.879,08	749,92
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13.3	950,00	20,00
Diferimentos	13.4	92.188,87	108.611,47
Outros ativos correntes	13.5	655.772,35	627.226,78
Caixa e depósitos bancários	13.6	2.812.824,66	2.693.273,12
		3.617.009,57	3.473.564,51
Total do Ativo		5.904.733,24	5.872.536,87
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO:			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13.7	52.216,75	52.216,75
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	13.7	5.812.988,83	5.694.656,59
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	13.7	(411.984,81)	(403.060,55)
Resultado líquido do período		30.885,97	118.332,24
Total dos Fundos Patrimoniais		5.484.106,74	5.462.145,03
PASSIVO:			
Passivo corrente:			
Fornecedores	13.8	64.349,27	64.034,80
Estado e outros entes públicos	13.1	33.790,13	31.071,55
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	13.4	39.000,00	28.500,00
Outros passivos correntes	13.9	283.487,10	286.785,49
		420.626,50	410.391,84
Total do Passivo		420.626,50	410.391,84
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		5.904.733,24	5.872.536,87

Demonstração dos Resultados por Natureza em 31 de dezembro 2016

(Montantes expressos em Euros)

Handwritten signature and initials

Rendimentos e Gastos	Notas	31-12-2016	31-12-2015
Vendas e serviços prestados	13.10	846.566,63	835.850,86
Subsídios, doações e legados à exploração	13.11	1.120.007,55	1.101.416,90
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13.12	(329.125,23)	(332.189,94)
Fornecimentos e serviços externos	13.14	(392.179,30)	(345.684,84)
Gastos com o pessoal	13.15	(1.495.686,49)	(1.454.669,05)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	13.16	433.760,13	445.899,93
Outros gastos	13.17	(14.826,78)	(20.198,64)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		168.516,51	230.425,22
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	(163.982,14)	(165.815,57)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4.534,37	64.609,65
Juros e rendimentos similares obtidos	13.18	26.351,60	53.722,59
Juros e rendimentos similares suportados			
Resultado antes de impostos		30.885,97	118.332,24
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		30.885,97	118.332,24


Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no período 2015

(Montantes expressos em Euros)

Reconciliação dos fundos patrimoniais	Fundos Patrimoniais					
	Fundo	variações nos fundos	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos	Resultado líquido do período	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2015 (SNC)	52.216,75	746.802,13	5.418.068,46	(1.140.938,42)	276.588,13	5.352.737,05
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						0,00
Alteração de políticas contabilísticas			276.588,13		(276.588,13)	0,00
Aplicação Resultado Líquido Período						(8.924,26)
Outras alterações reconhecidas no fundo de capital		(8.924,26)				(8.924,26)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					118.332,24	118.332,24
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (SNC)	52.216,75	737.877,87	5.694.656,59	(1.140.938,42)	118.332,24	5.462.145,03

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no período 2016

(Montantes expressos em Euros)

Reconciliação dos fundos patrimoniais	Fundos Patrimoniais					
	Fundo	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos	Resultado líquido do período	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2016 (SNC)	52.216,75	737.877,87	5.694.656,59	(1.140.938,42)	118.332,24	5.462.145,03
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						0,00
Alteração de políticas contabilísticas			118.332,24		(118.332,24)	0,00
Aplicação Resultado Líquido Período						(8.924,26)
Outras alterações reconhecidas no fundo de capital		(8.924,26)				(8.924,26)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					30.885,97	30.885,97
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (SNC)	52.216,75	728.953,61	5.812.988,83	(1.140.938,42)	30.885,97	5.484.106,74



ANEXO

Período findo em 31 de dezembro de 2016

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Denominação da entidade

A Irmandade da Misericórdia de Paredes, também mais abreviadamente denominada Santa Casa da Misericórdia de Paredes ou simplesmente Misericórdia de Paredes, fundada no ano de 1902 e o seu número de identificação fiscal é o 500 835 454.

1.2. Sede social

Rua Elias Moreira Neto, n.º 161

4580-085 Paredes

1.3. Natureza da atividade

A Irmandade da Misericórdia de Paredes é uma associação de fiéis, constituída na Ordem Jurídica Canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico, de harmonia com o espírito tradicional, informado pelos princípios da doutrina e moral cristã.

A Irmandade tem personalidade jurídica civil e está reconhecida como Instituição Privada de Solidariedade Social, mediante participação escrita da sua ereção canónica, feita pelo Ordinário Diocesano.

Em conformidade com a natureza que lhe provém, a Irmandade presta serviços de ação social com e sem alojamento, bem como apoio social á Infância através das respostas sociais: Lar de idosos, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, Creche, Pré-escolar, CATL e também RSI – Rendimento Social de Inserção.

1.4. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidades de euros.

1.5. Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não esteja previsto algum aspeto particular recorre-se supletivamente às restantes normas SNC.



2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Divulgação expressa do referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o modelo contabilístico para entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho de 2015.

Instrumentos legais da NCRF – ESNL:

Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho – Modelos de demonstrações financeiras;

Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho – Código das contas;

Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho de 2015 – NCRF – ESNL;

Decreto – Lei n.º 98/2015, de 2 de junho - SNC

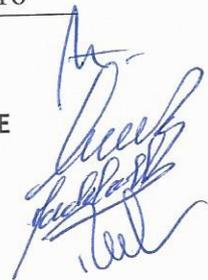
2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC - ESNL.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2016 são comparáveis em todos os aspetos significativos com valores do período de 2015.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS



3.1. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas, foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com a normalização contabilística para entidades do setor não lucrativo (ESNL).

b) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir de registos contabilísticos da Instituição.

c) Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

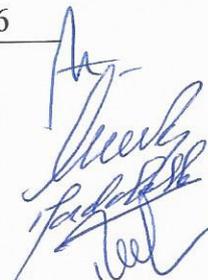
3.2. ALTERAÇÃO NA POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

Até 2015 as propriedades de investimento nomeadamente terrenos e edifícios cujos fins são obtenção de rendas, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente, eram classificadas na conta 42 – Propriedades de Investimento. A partir de 2016, devido à alteração da própria Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), passaram a ser classificados na conta 43 – Ativos Fixos Tangíveis.

Esta alteração reflete-se na eliminação da anterior rubrica do balanço “Propriedades de Investimento” e num aumento da rubrica do balanço de “Ativos Fixos Tangíveis”.

Em 2014 foi alterada a política contabilística de mensuração da participação financeira no HMP, SA tendo em conta que as NCRL aplicáveis às entidades do setor não lucrativo (SNC-ESNL) são omissas quanto à valorização pelo método da equivalência patrimonial dos investimentos financeiros. Embora tenha sido feito ajustamento da participação detida no Hospital da Misericórdia de Paredes, SA em 2013, entende-se não se justificar a continuidade da sua aplicação relativamente aos resultados daquela entidade, em virtude de provocar uma distorção significativa nos resultados apurados pela Irmandade

da Santa Casa da Misericórdia de Paredes. Este ajustamento registado em 2013, foi corrigido e efetuado o necessário ajustamento na quantia escriturada do investimento resultado da redução do capital social para cobertura dos prejuízos da sociedade, mantendo a percentagem de participação financeira (31.7%). Em 2015 houve um aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas tendo em conta que a Misericórdia não participou nesse aumento, a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 13.65%.



4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1. DIVULGAÇÃO PARA CADA CLASSE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

a) Critério de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

b) Métodos de depreciações usados:

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em sistema de quotas constantes.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas:

O período da vida útil esperada coincide com as taxas de depreciação utilizadas pelo Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro de 2009.

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

**Ativo Bruto**

	Saldo em 31/12/2015	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2016
Ativos fixos tangíveis					
Terrenos - Propriedades Investimento	17.707,33				17.707,33
Edifícios e outras construções	12.966.024,10	25.266,85			12.991.290,95
Equipamento básico	522.598,68	15.292,14	10.113,81		527.777,01
Equipamento de transporte	359.923,03	-	-		359.923,03
Equipamento administrativo	170.256,93	12.860,67	9.053,14		174.064,46
Outros ativos fixos tangíveis	78.060,80	360,79			78.421,59
Total Ativo tangível bruto	14.114.570,87	53.780,45	19.166,95	-	14.149.184,37

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 31/12/2015	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2016
Ativos fixos tangíveis					
Edifícios e outras construções	11.301.289,85	79.891,57			11.381.181,42
Equipamento básico	450.360,71	17.915,28	10.113,81		458.162,18
Equipamento de transporte	212.171,58	41.534,37	-		253.705,95
Equipamento administrativo	163.881,75	4.804,03	9.053,14		159.632,64
Outros ativos fixos tangíveis	77.940,74	105,12	-		78.045,86
Total depreciações ativos tangíveis	12.205.644,63	144.250,37	19.166,95		12.330.728,05
Ativo fixo tangível líquido	1.908.926,24				1.818.456,32

Todos os ativos fixos tangíveis estão afetos à atividade da instituição.

5. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS**5.1. DIVULGAÇÃO PARA CADA CLASSE DE ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS:****a) Critério de mensuração usado para determinar a quantia escriturada bruta:**

Os ativos fixos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

Os dispêndios com conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, foram registadas como gasto do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes de venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

b) Métodos de depreciações usados:

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em sistema de quotas constantes.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas:

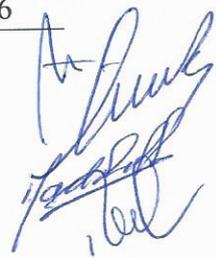
O período da vida útil esperada coincide com as taxas de depreciação utilizadas pelo Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro de 2009.

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

Ativo Bruto					
	Saldo em 31/12/2015	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2016
Ativos fixos intangíveis					
Projetos de desenvolvimento	65.171,55	-			65.171,55
Total Ativo intangível bruto	65.171,55	-	-	-	65.171,55
Total	65.171,55	-	-	-	65.171,55
Depreciações Acumuladas					
	Saldo em 31/12/2015	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2016
Ativos fixos intangíveis					
Projetos de desenvolvimento	23.607,77	20.778,77	-	-	44.386,54
Total depreciações ativos intangíveis	23.607,77	20.778,77	-	-	44.386,54
Total	23.607,77	20.778,77	0,00	0,00	44.386,54
Ativo intangível líquido	41.563,78				20.785,01

6. INVESTIMENTOS FINANCEIROS**6.1. DIVULGAÇÃO DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS:**

Os investimentos financeiros são constituídos por participações financeiras no capital da sociedade HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, bem como FRSS – Fundo de Reestruturação do sector social e outros investimentos, tais como ações da EDP, Cimpor e outras.

**a) Critério de mensuração usado para determinar a quantia escriturada bruta:**

Os investimentos financeiros são mensurados ao custo.

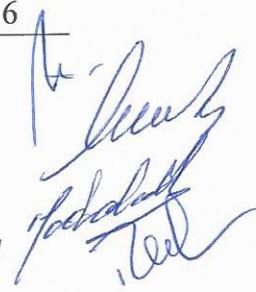
Relativamente à base de mensuração das participações financeiras na sociedade Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, as NCRF aplicáveis às entidades do setor não lucrativo (SNC-ESNL) são omissas quanto à valorização pelo método da equivalência patrimonial dos investimentos financeiros. Embora tenha sido feito ajustamento da participação detida no Hospital da Misericórdia de Paredes, SA em 2013, entende-se não se justificar a continuidade da sua aplicação relativamente aos resultados daquela entidade, em virtude de provocar uma distorção significativa nos resultados apurados pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes. Em 2014 foi efetuado um ajustamento neste ativo financeiro pelo reconhecimento da redução do capital social do Hospital da Misericórdia de Paredes, SA para a cobertura de prejuízos, mantendo-se a percentagem de participação detida pela Misericórdia nessa sociedade (31.7%). Em 2015 houve um aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas tendo em conta que a Misericórdia não participou nesse aumento, a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 13.65%. Em 2016 a percentagem de participação mantém-se.

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as revalorizações, as alienações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as quantias escrituradas são as seguintes:

Investimentos financeiros

	Saldo em 31/12/2015	Aumentos	Correções e Transf.	Ajustamento	Saldo em 31/12/2016
Investimentos financeiros					
Ações no HMP, SA	443.661,58	-	-	-	443.661,58
Outros investimentos financeiros	4.820,76	-	-	-	4.820,76
Total Investimentos financeiros	448.482,34	-	-	-	448.482,34



7. INVENTÁRIOS

7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada:

Os materiais e produtos de consumo encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores.

O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado em sistema de inventário intermitente.

7.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade:

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os valores constantes dos inventários são as seguintes:

Inventários

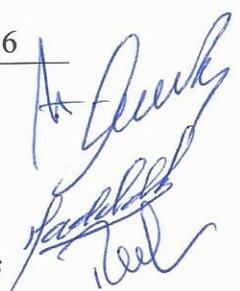
Descrição	2016	2015
<i>Inventários</i>	-	-
Matérias primas e consumíveis	10.895,69	12.763,14
Total Inventários	10.895,69	12.763,14

8. RENDIMENTOS E GASTOS

8.1) Políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços:

O rédito é mensurado ao justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente de prestações de serviços é reconhecido líquida de imposto, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do relato.



9. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

9.1) *Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais:*

Descrição	2016	2015
Fundos Patrimoniais		
Subsidio PIDDAC	266.241,66	274.118,92
Total	266.241,66	274.118,92
Subsídios à Exploração		
Centro distrital de segurança social		
Lar	290.054,07	286.506,09
Centro de dia	13.011,60	12.844,80
SAD - Serviço de apoio domiciliário	217.204,20	214.420,20
Creche	142.851,96	141.021,00
Pré-escolar	202.426,56	197.529,12
CATL	62.326,08	61.523,52
RSI	167.792,10	166.841,52
Subsídios IEFPP	11.747,23	0,00
Total	1.107.413,80	1.080.686,25

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

10.1. *Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros:*

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros e outras dívidas de terceiros – são mensuradas ao custo.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros - as contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensurados pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.

**Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

11. Benefícios de empregados

11.1) Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.

O número médio de funcionários é o seguinte:

Descrição	2016	2015
N.º médio de funcionários		
Efetivos	102	99
Contratados a termo certo	3	5
Contratados a termo incerto por substituição temporária de trabalhador	5	8
Contrato Estágio emprego	1	1
Contratados a termo incerto - Protocolo com CDSS - RSI	10	10
Total	121	123

O número dos Órgãos Sociais é o seguinte:

Assembleia Geral – 4 membros efetivos e 2 suplentes

Mesa Administrativa – 5 membros efetivos e 3 suplentes

Conselho Fiscal – 3 membros efetivos e 3 suplentes

Conforme nº 1 do artigo 16 do Compromisso da Misericórdia, os órgãos sociais exercem gratuitamente as funções que competirem aos respetivos cargos.



12. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não foram detetados acontecimentos após a data do balanço suscetíveis de afetar as presentes demonstrações financeiras.

13. OUTRAS DIVULGAÇÕES

13.1) Créditos a receber

As quantias apresentadas para clientes têm a seguinte discriminação:

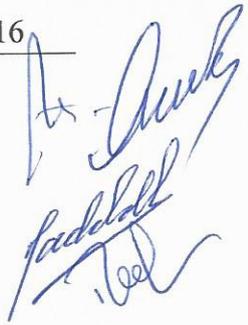
Descrição	2016	2015
Utentes c/corrente	32.291,92	29.713,08
Utentes de cobrança duvidosa	1.207,00	1.207,00
Total	33.498,92	30.920,08

13.2) ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava as seguintes quantias:

Descrição	2016		2015	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Imposto sobre o Valor Acrescentado	10.837,92		708,76	
Imposto sobre o Rend. P. Colectivas	41,16		41,16	
Imposto sobre o Rend. P. Singulares		5.801,36		5.532,50
Contribuições p/ Segurança Social		27.756,24		25.539,05
Outros		232,53		
Total	10.879,08	33.790,13	749,92	31.071,55
Saldo		22.911,05		30.321,63

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.



13.3) FUNDADORES/BENEMÉRITOS/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOCIADOS/MEMBROS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Doadores		
Doadores em curso	950,00	20,00
Total	950,00	20,00

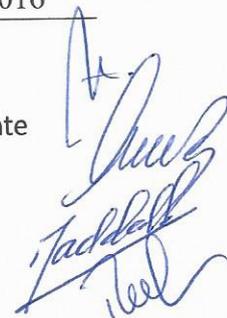
13.4) DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 este item era constituído pelas seguintes quantias:

Descrição	2016	2015
Ativos		
Gastos a reconhecer		
Grandes reparações nos ativos	92.188,87	108.611,47
Total	92.188,87	108.611,47
Passivos		
Rendimentos a reconhecer		
Adiantamento para alojamento utentes	39.000,00	28.500,00
Total	39.000,00	28.500,00

13.5) OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:



Descrição	2016	2015
Suprimentos	110.922,00	110.922,00
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a Receber	6.810,79	13.958,61
Outros acréscimos de rendimentos	0,00	19.335,68
Outros Devedores		
Inquilinos	516.593,88	461.888,00
Devedores por participação no capital	1,00	1,00
Devedores por cessão de créditos HMP,SA	21.121,49	21.121,49
Outros	323,19	0,00
Total	655.772,35	627.226,78

13.6) CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 este item era constituído pelas seguintes quantias:

Descrição	2016	2015
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	872,97	1.110,53
Depósitos à ordem	251.951,69	192.162,59
Depósitos a prazo	2.560.000,00	2.500.000,00
Total	2.812.824,66	2.693.273,12

13.7) FUNDOS PATRIMONIAIS

As quantias apresentadas têm a seguinte discriminação:

Descrição	2016	2015
Fundos patrimoniais		
Fundos	52.216,75	52.216,75
Resultados transitados	5.812.988,83	5.694.656,59
Ajustamentos em ativos financeiros	(1.140.938,42)	(1.140.938,42)
Outras Variações nos fundos patrimoniais		
Subsídios PIDDAC	266.241,66	274.118,92
Doações	462.711,95	463.758,95
Resultado líquido do período	30.885,97	118.332,24
Total	5.484.106,74	5.462.145,03

**13.8) FORNECEDORES**

As quantias apresentadas para fornecedores têm a seguinte discriminação:

Descrição	2016	2015
Fornecedores		
Fornecedores c/c	64.349,27	64.034,80
TOTAL	64.349,27	64.034,80

13.9) OUTROS PASSIVOS CORRENTES

As quantias apresentadas para outras contas a pagar têm a seguinte discriminação:

Descrição	2016	2015
Fornecedores do imobilizado	1.194,82	11.059,02
Credores por acréscimos de gastos	225.118,61	222.737,04
Outros credores	57.173,67	52.989,43
Total	283.487,10	286.785,49

13.10) VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 este item era constituído pelas seguintes quantias:



Descrição	2016	2015
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	844.314,63	833.638,86
Quotizações e joias	2.252,00	2.212,00
Total	846.566,63	835.850,86

Número médio de utentes por resposta social em 2016

Resposta Social	Total de Utentes			Comparticipados		Não participados	
	Homens	Mulheres	Total	Nº	%	Nº	%
Lar	18	47	65	60	92%	5	8%
Centro de dia	4	13	17	10	59%	7	41%
SAD	25	25	50	50	100%	0	0%
Creche	27	35	62	45	73%	17	27%
Pré-Escolar	61	64	125	90	72%	35	28%
CATL	48	63	111	76	68%	35	32%
Sub. Total	183	247	430	331	77%	99	23%
Rendimento Social de Inserção			360	360	100%	0	0%
Total	183	247	790	691		99	13%

13.11) SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 este item era constituído pela seguinte quantia:

Descrição	2016	2015
<i>Subsídios, doações e legados à exploração</i>		
Centro distrital de segurança social		
Lar	290.054,07	286.506,09
Centro de dia	13.011,60	12.844,80
SAD - Serviço de apoio domiciliário	217.204,20	214.420,20
Creche	142.851,96	141.021,00
Pré-escolar	202.426,56	197.529,12
CATL	62.326,08	61.523,52
RSI	167.792,10	166.841,52
Subsídios IEFP	11.747,23	0,00
Doações e heranças	12.593,75	20.730,65
Total	1.120.007,55	1.101.416,90

A. Queiroz
Luís de Sá
10/12

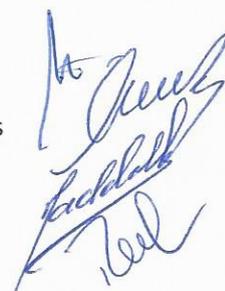
13.12) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

As matérias consumidas apresentam os seguintes gastos, nos períodos de 2016 e 2015:

Descrição	Matérias -primas, subsidiárias e de consumo		Total
	Mercadorias		
<i>Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas</i>			
2016			
Inventários iniciais	0,00	12.763,14	12.763,14
Compras	0,00	327.257,78	327.257,78
Reclass. e regularização de inventários	0,00		0,00
Inventários finais	0,00	10.895,69	10.895,69
C.M.V.M.C.	0,00	329.125,23	329.125,23
2015			
Inventários iniciais	0,00	18.557,61	18.557,61
Compras	0,00	326.395,47	326.395,47
Reclass. e regularização de inventários	0,00		0,00
Inventários finais	0,00	12.763,14	12.763,14
C.M.V.M.C.	0,00	332.189,94	332.189,94

13.14) FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

As importâncias mais relevantes que constituem o item de "Fornecimentos e serviços externos" são:



Descrição	2016	2015
Fornecimentos E Serviços Externos		
Trabalhos Especializados	42.220,99	37.600,41
Publicidade E Propaganda	1.053,57	138,44
Vigilância e segurança	0,00	1.107,00
Honorários	40.390,00	37.246,40
Conservação E Reparação	54.020,00	51.793,68
Encargos De Saude Com Utentes	17.655,48	3.862,73
Serviços bancários	3.400,53	3.360,41
Serviços de cabeleireiro	538,00	930,00
Ferramentas E Utensílios De Desgaste Rápido	1.297,37	206,81
Livros e documentação técnica	43,24	80,83
Material De Escritório	833,80	133,45
Artigos Para Oferta	2.413,31	2.065,02
Material Didático	7.251,63	6.517,46
Jornais E Revistas	402,36	456,90
Vestuário E Calçado De Utentes	258,37	3.059,71
Outros (rouparia, encargos com passeios de utentes,e outros)	15.257,23	11.685,71
Eletricidade	48.310,63	44.654,21
Gas natural	41.882,00	29.958,23
Gasoleo	9.907,96	10.372,15
Água	38.282,67	40.013,10
Deslocações, Estadas E Transportes	22.893,02	16.425,73
Comunicação	6.037,44	5.690,42
Seguros	12.651,49	12.342,68
Contencioso E Notariado	15,00	0,00
Limpeza, Higiene E Conforto	5.625,99	4.980,73
Portagens	846,30	582,40
Atividades Escolares	8.606,25	10.279,31
Bolsa Centro Emprego	8.787,13	8.292,21
Funerais De Utentes	1.030,00	931,07
Outros	267,54	917,64
Total	392.179,30	345.684,84

13.15) GASTOS COM O PESSOAL

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de alimentação, subsídio de turno, abono para falhas, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras remunerações adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Todas as remunerações foram pagas por transferência bancária ou cheque, não existindo quaisquer obrigações legais ou construtivas que estipulem benefícios pós-emprego, benefícios por cessão de emprego ou pagamentos com base em ações.

A rubrica "Gastos com pessoal" tem a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Gastos com o pessoal		
Remunerações do pessoal	1.222.208,53	1.182.281,34
Encargos sobre remunerações	253.908,15	257.561,10
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	19.056,58	13.021,19
Outros gastos (formação profissional ...)	513,23	1.805,42
Total	1.495.686,49	1.454.669,05

**13.16) OUTROS RENDIMENTOS**

As principais rubricas que constituem este item são:

Descrição	2016	2015
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos suplementares	13.430,85	12.284,47
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.791,39	2.212,45
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento		
Rendas de edificio - Hospital	152.478,72	152.478,72
Rendas de habitação	18.150,00	21.365,00
Rendas de consultórios	28.552,80	25.488,86
Rendas de edificio - hemodiálise	192.000,00	192.000,00
Correcções relativas a períodos anteriores	63,68	0,01
Excesso de estimativa	0,00	3.384,55
Imputação de subsídios para investimentos	7.877,26	7.877,26
Restituições de impostos	19.415,43	28.808,61
Total	433.760,13	445.899,93

13.17) OUTROS GASTOS

As quantias significativas que constituem este item são:

Descrição	2016	2015
Outros Gastos E Perdas		
Impostos	1.084,60	3.096,03
Descontos De Pronto Pagamento Concedidos	0,47	11,77
Correcções Relativas A Períodos Anteriores	686,86	1.449,54
Donativos	12.214,85	14.801,30
Quotizações	840,00	840,00
Total	14.826,78	20.198,64

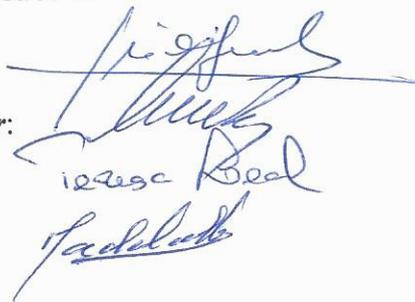
**13.18) JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS**

As principais rubricas que constituem este item são:

Descrição	2016	2015
Juros, Dividendos E Outros Rendimentos Similares		
Juros Obtidos	26.186,95	53.557,94
Dividendos Obtidos	164,65	164,65
Total	26.351,60	53.722,59

14. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pela Mesa Administrativa e autorizadas para emissão em 08 de Março de 2017.

A Mesa Administrativa**Provedor:****Vice-Provedor:****Vogal:****Tesoureira:****Secretário:****A Técnico Oficial de Contas**

TOC N.º 61761 – Sara Santos





PALM, CAMBÃO & ASSOCIADO

SRL/SL

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia de Paredes, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 5.904.733,24 euros e um total de fundos patrimoniais de 5.484.106,74 euros, incluindo um resultado líquido de 30.885,97 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

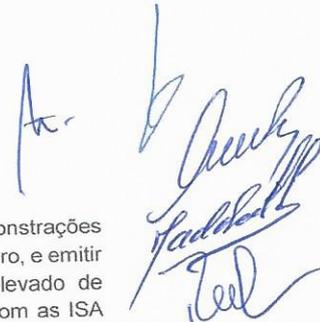
- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.



PALM, CAMBÃO & ASSOCIADO

ESTRUG



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes



PARECER DO CONSELHO FISCAL

De conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 31º dos Compromissos da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes, vem o Conselho Fiscal ou Definitório, apresentar à Assembleia Geral o seu Parecer sobre o Relatório de Gestão elaborado pela Mesa Administrativa e as Contas, através do Balanço, Demonstração de Resultados e respetivos anexos e mapa de controlo orçamental, relativos ao exercício do ano de dois mil e dezasseis.

Neste sentido, o Conselho Fiscal emite o seguinte parecer:

Examinamos as demonstrações financeiras da Irmandade da Santa Casa de Paredes do exercício findo em trinta e um de Dezembro de dois mil e dezasseis, que evidenciam um resultado líquido positivo de 30 885.97€ (trinta mil, oitocentos e oitenta e cinco euros e noventa e sete cêntimos).

Parece-nos que os critérios utilizados e adotados conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados e que as contas refletem a situação da Instituição e foram utilizados os princípios contabilísticos legalmente exigidos.

Para concluir, o Conselho Fiscal responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira, constata que os rendimentos tiveram uma pequena redução pouco significativa no valor de 10 204€ e os gastos foram superiores em 77 242€ pelo que os resultados líquidos foram inferiores a 87 447€.

Para finalizar, os membros do Conselho Fiscal são de parecer que o relatório e contas relativas ao exercício de dois mil e dezasseis, assim como a proposta de aplicação dos resultados, devem ser aprovados pela Assembleia Geral.

Paredes, 17 de março de 2017

O Conselho Fiscal,

